

A LEITURA DO ESPAÇO URBANO: INTERAÇÕES ENTRE PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E TURISMO CULTURAL

Carina Copatti

Doutoranda em Educação nas Ciências pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí, 2016). Mestra em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF, 2014); Especialista em Metodologias do Ensino de Geografia (Uniasselvi, 2012). Professora da rede municipal de ensino de Charrua/RS. E-mail: <c.copatti@hotmail.com>.

Tarcísio Dorn de Oliveira

Doutorando em Educação nas Ciências pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí, 2016). Mestre em Patrimônio cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2011). Docente dos Cursos de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo - UNIJUÍ. Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIJUÍ.

RESUMO

O presente artigo traz reflexões sobre a leitura do espaço a partir de contribuições de diferentes autores das áreas de Geografia e Arquitetura, que tratam sobre os temas centrais abordados nesse texto, a saber: patrimônio, memória e turismo cultural. Nesse sentido, apresentam-se implicações e possibilidades que convergem para a leitura do espaço no processo de formação dos profissionais dessas áreas, numa perspectiva do cuidado com o lugar e com a comunidade que nele vive. A leitura do espaço transformado pelo movimento dos diferentes sujeitos vivendo em sociedade nos permite trazer ao debate o lugar enquanto possibilidade de interação, em conexão com outras escalas espaciais, tanto regional, nacional ou global. O patrimônio arquitetônico e a memória, tanto no processo de construção coletiva quanto na subjetividade do sujeito, convergem para a leitura do espaço, enquanto *locus* cultural, que se configura como um espaço em constante transformação/alteração, a partir da evolução das sociedades que ali constroem diferentes relações. É importante salientar que a metodologia utilizada parte de uma perspectiva bibliográfica, com o intuito de promover discussões a partir de algumas ideias de diferentes autores, como Santos (1978, 1988, 2000), Carlos (2007) e Carvalho (2010, 2011), que contribuem para analisarmos e compreendermos o espaço vivido enquanto meio onde diferentes relações se estabelecem e se tornam possíveis.

Palavras-chave: Patrimônio. Memória. Espaço Geográfico. Turismo Cultural.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, os seres humanos têm transformado a natureza com o intuito de construir um ambiente que satisfaça suas necessidades. A partir desse momento, as diferentes sociedades que se formaram tornaram possível a transformação cada vez mais intensa da natureza por meio de novas descobertas, readequações de técnicas e

conhecimentos gerados anteriormente, transformando continuamente o espaço geográfico.

Santos (2000, p. 56) salienta que “o espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido”. Nesse sentido, ao tratar sobre o patrimônio e a memória, enquanto espaço de manutenção social, é de extrema importância considerar que as relações sociais, suas transformações e as alterações que produzem se

dão a partir de um espaço, o qual é ocupado por determinado grupo social em constante interação com o ambiente e com os demais sujeitos que ali vivem, a partir das relações sociais e de trabalho ali vivenciadas. Santos (2000, p. 61) acrescenta ainda que:

A evolução que marca as etapas do processo de trabalho e das relações sociais marca, também, as mudanças verificadas no espaço geográfico, tanto morfológicamente, quanto do ponto de vista das funções e dos processos. É assim que as épocas se distinguem umas das outras.

O espaço geográfico é uma produção humana, construída e transformada para atender as necessidades de diferentes grupos, considerando, nesse processo, os avanços das técnicas em cada sociedade no decorrer de diferentes épocas e considerando os conhecimentos de cada cultura. O espaço geográfico constrói-se/transforma-se num movimento contínuo que se estabelece pela relação entre diferentes sujeitos na cotidianidade, a partir de determinadas estruturas sociais, naturais e políticas, apresentando diferentes funções e processos que o constituem.

Santos (1977, p. 92) considera que nenhum dos objetos sociais está tão presente no cotidiano das pessoas quanto o espaço, que constitui a matéria trabalhada por excelência. Para o autor, “a casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social”. Nesse sentido, as contribuições aqui consideradas trazem como pano de fundo o espaço enquanto possibilidade de transformação, que permite um conjunto de relações que ocorrem a partir de elementos diversos que o compõe e que lhe dão significados e características distintas.

O espaço é utilizado e transformado a partir das vivências em determinados lugares, por isso, no decorrer deste texto consideramos pertinente compreender a importância do local na constituição dos diferentes grupos que habitam determinado espaço. Consideramos que as vivências cotidianas são carregadas de significados, que contribuem para a constituição dos sujeitos a partir dos lugares em que vivem e das relações que neles estabelecem. Tais vivências se transformam nas relações espaço-temporais e interpessoais, permitindo que sejam construídos diferentes olhares e percepções. Nesse sentido, o artigo tem como

objetivo refletir sobre o patrimônio cultural e a memória na constituição do espaço urbano e, a partir das reflexões, considerar as diferentes leituras possíveis na perspectiva do turismo cultural.

2 RELAÇÕES ENTRE PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA URBANA NA LEITURA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A construção do espaço, pela interação de diferentes grupos que dele se utilizam, nos mais variados lugares do planeta, se dá de distintas formas em momentos diversos. Nas últimas décadas, a intensificação da internacionalização do comércio e da fluidez da informação, tem possibilitado, segundo Santos (1988, p. 8) novos conhecimentos sobre o planeta e sobre o homem. Nesse sentido, os conhecimentos atuam sobre os instrumentos de trabalho produzindo males ou benefícios, segundo as condições de utilização. Por sua vez, as técnicas e instrumentos contribuem nas alterações do espaço, produzindo novos arranjos espaciais e sociais.

Os espaços urbanos, amplamente influenciados pela dinâmica da interação social, cultural, política e econômica, tem sido palco de inúmeras transformações, as quais refletem as relações entre diferentes grupos sociais, no tocante às variadas expressões sociais (coletivas e subjetivas) que ocorrem em determinado lugar. Tais relações tendem a tornar cada vez mais dinâmicas, intensas e constantes as transformações que nele ocorrem, produzindo novas configurações espaciais. Em seu trabalho Carlos (2007a, p. 20) considera que:

A produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico e, revela-se pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada. Uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno [...].

É no cotidiano, a partir das vivências no coletivo e das construções subjetivas que ocorrem as interações com o lugar e as transformações do espaço. No coletivo diferentes situações acontecem e se moldam de acordo com os conheci-

mentos e as possibilidades da população que ali vive e, também, a partir da subjetividade de cada sujeito que o constrói a partir de suas percepções e possibilidades.

O lugar constitui-se enquanto espaço das relações de pertencimento, de afetividade, de sentimentalidade, onde os sujeitos fazem escolhas, dimensionam novas perspectivas em relação ao lugar ocupado e contribuem para a construção do espaço geográfico. O lugar é o espaço próximo, onde no dia-a-dia se estabelecem novos episódios e se constroem novos capítulos da história de uma determinada sociedade. Insere-se nessa perspectiva a contribuição de Callai (2004, p. 2), considerando o lugar como:

[...] um espaço construído como resultado da vida das pessoas, dos grupos que nele vivem, das formas como trabalham, como produzem, como se alimentam e como fazem/usufruem do lazer. É, portanto, cheio de história, de marcas que trazem em si um pouco de cada um. É a vida de determinados grupos sociais, ocupando um certo espaço num tempo singularizado. Considerando que é no cotidiano da própria vivência que as coisas vão acontecendo, vai se configurando o espaço, e dando feição ao lugar. Um lugar que é um espaço vivido, de experiências sempre renovadas, o que permite que se considere o passado e se vislumbre o futuro. A compreensão disto necessariamente resgata os sentimentos de identidade e de pertencimento.

A constituição do espaço geográfico se dá, em grande medida, pelas interações cotidianas que ocorrem a partir de necessidades e processos diferenciados; este é um dos motivos que explica a diversidade de formas e funções que cada porção do espaço possui, determinando a ação dos sujeitos que ali habitam. Para Santos (1978), na concepção de espaço são destacados alguns elementos: a *forma* é o aspecto visível de um objeto, ou ainda ao arranjo deles. Outro elemento é a *função*, que implica o papel desempenhado por um objeto no espaço. Considera também a *estrutura*, que configura-se como o modo como os objetos estão organizados e interrelacionados; O *processo* é um quarto elemento, que implica tempo e mudança.

Segundo esse mesmo autor (2000, p. 39) o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma a partir dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações que interagem entre si. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à

criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. Nesse sentido, o espaço urbano, enquanto conjunto de características e funções que se dão nas cidades, compreende a dinâmica, a rapidez, as interações constantes que permitem a esse espaço permanecer constantemente sendo repensado e reconstruído, isso porque nele ocorrem relações que vão além da dimensão econômica, emergindo em inter-relações entre diferentes culturas, costumes, tradições.

Nos espaços urbanos percebe-se que as condições de vida são variadas e permitem pensar cada lugar que o constitui de maneira singular e dotada de objetos e ações que precisam ser compreendidas, tanto pelos seus habitantes quanto pelos profissionais que o planejam. Nesse espaço encontram-se representadas as influências de diferentes sujeitos que ali se fixaram e que nele constroem cotidianamente suas vidas. O lugar constitui-se, assim, um espaço de aproximação, onde a vida acontece efetivamente.

Nesses lugares inserem-se objetos físicos, que constituem o patrimônio cultural de determinado espaço. O patrimônio cultural, segundo Carvalho (2010, p. 17):

Diz respeito à construção física do espaço urbano, constituída pelos prédios, monumentos, edificações, acervos arquitetônicos, os quais são edificados em um determinado tempo e espaço. E diz respeito também à dimensão simbólica das diversas formas de agir, sentir e viver dos grupos sociais enquanto membros de uma comunidade, por meio dos ofícios e manifestações populares tradicionais, da gastronomia, das artes populares, do artesanato, os quais estabelecem processos de identificação e vinculação comunitária em relação a uma dada cultura.

O patrimônio cultural apresenta características que incluem as vivências estabelecidas no espaço ocupado, nas interações que se efetivam nele e que o moldam e o constituem/reconstituem continuamente. Carvalho (2010, p. 17), salienta ainda que:

Essa concepção ampla de patrimônio cultural aproxima-se do entendimento da construção coletiva, inserido numa rede de relações dinâmicas que sofrem constantes processos de transformação e recriação, seja por meio da criatividade dos diversos segmentos sociais, seja pela intensificação dos contatos culturais, ou pelo advento de novas tecnologias da comunicação e informação que caracterizam as sociedades contemporâneas.

O espaço urbano constitui-se como um espaço de construção social, no qual a dinâmica e as trocas ocorrem com maior fluidez em um espaço construído por sujeitos diversos que convivem cotidianamente num espaço físico pensado para todos: a cidade.

É importante, inicialmente, levar em consideração o conceito de cidade. De acordo com Carlos (2007b, p. 12) a cidade permitiria pensar o plano do lugar revelando o vivido e a vida cotidiana através dos espaços-tempo da realização da vida. E define o urbano enquanto reprodução da vida em todas as suas dimensões – enquanto articulação indissociável dos planos local/mundial - o que incluiria, necessariamente, as possibilidades de transformação da realidade (a dimensão virtual).

As cidades constituem-se da materialidade, da distribuição dos objetos materiais sobre o espaço em que uma sociedade se instala. Nesse sentido, compreende-se que, pela dinâmica de interação e transformação dos espaços urbanos, a cidade também se modifica e é constantemente repensada. Em sua interpretação, Carvalho (2010, p. 15) salienta que, em termos de materialidade, a cidade é representada pelos prédios, casarões, ruas, igrejas, esculturas, monumentos. Mas apresenta também aspectos imateriais. Segundo ela (2010, p. 15), a imaterialidade cultural “é manifestada nas tradições populares, destacadamente as danças, folguedos, a culinária, a musicalidade, dentre outros elementos que integram o patrimônio cultural de uma determinada coletividade”.

Além dos elementos materiais evidenciam-se as relações histórico-culturais que se estabelecem nas cidades e que contribuem para pensar o patrimônio cultural de determinado grupo a partir dos aspectos que o caracterizam, dentre eles sua história e as memórias que dele se originam. Meneses (2006, p. 86) considera a cidade vista como construção histórico-cultural, como patrimônio de seus moradores, e como espaço de memória. Nessa concepção, a cidade é compreendida como monumento, como documento e “locus continuum de cultura”, onde natureza, construção material, símbolos e significados e representações se constroem em diversidade e em harmonia, indo além da mera distribuição de elementos.

Entretanto, consideramos que tal harmonia não se efetiva de modo contínuo, visto que a cidade representa também espaço de disputa, de relações de poder, que por si constituem relações conflituosas e tensas, em dados momentos. Os avanços possíveis a partir da internacionalização

do capital e dos fluxos de informação e tecnologia permitiram novas proporções nas relações que se estabelecem no espaço, tornando dinâmicas as novas configurações do espaço geográfico.

Carvalho (2010, p. 18) afirma que a cidade constitui-se também por um sentido emocional, visto que os sujeitos sentem-se integrados ao meio onde vivem, estabelecem relações de reconhecimento e de troca, posto que os lugares de memória também delimitam fronteiras culturais, relacionando-se à guarda de marcos históricos significativos para os membros de uma sociedade. Nesse sentido, a cidade também constitui-se como espaço de memória, guardando em si as marcas do tempo e dos sujeitos que nela construíram sua cotidianidade.

A cidade pode ser considerada como espaço de memória, onde as construções do passado mesclam-se às inovações que, por vezes, agem avassaladoras na transformação do espaço urbano, modificando a estrutura física, os hábitos, as tradições do lugar e as interações sociais vivenciadas nele. Carvalho (2010, p. 18) considera que:

Além de constructos tangíveis – conjunto de edificações, monumentos, objetos e coleções, incluem-se na categoria lugar de memória os saberes e fazeres populares, as lendas, simbologias, imaginários e valores, ou seja, todos os elementos que representam a trajetória de uma comunidade, suas rupturas e permanências, nos quais se descortinam vozes, silêncios, experiências, conflitos, sensações, cores, que eternizaram gerações e permanecem vivos nas subjetividades e nas práticas cotidianas dos seus habitantes e que os (re)constroem permanentemente.

A materialidade constitui a cidade, mas não somente isso. Sua estrutura social comporta as aproximações humanas, enquanto atores do processo de construção do espaço, tanto individual, quanto coletivamente. Cavalcanti (2001, p. 15) considera que a cidade é um espaço geográfico, é um conjunto de objetos e de ações, mas esse espaço pode ser compreendido como lugar de existência das pessoas, não apenas como um arranjo de objetos orientados tecnicamente.

Para Carlos (2007b, p. 11) a cidade, enquanto construção humana, é um produto histórico-social e aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo construído por uma série de gerações. Sendo assim, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do pre-

sente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado.

A cidade é uma construção coletiva e precisa ser compreendida como patrimônio cultural dos grupos ali estabelecidos. Nesse sentido, a memória constitui-se como continuidade e espaço de construção de sentidos e identidade do grupo que convive em determinado espaço. Carvalho (2010, p. 17) corrobora afirmando “que o patrimônio cultural se vincula à memória e à identidade dos grupos sociais, os quais estabelecem, através do repasse ou da transmissão de saberes e fazeres, importantes elos de continuidade espaço-temporal, além de mecanismos de afirmação e reposição identitárias”.

A continuidade de um grupo se efetiva através de seus objetos materiais e imateriais, além das memórias coletivas. Para Gastal (2002, p. 77):

As diferentes memórias estão presentes no tecido urbano, transformando espaços em lugares únicos e com forte apelo afetivo para quem neles vive ou para quem os visitam. Lugares que não apenas têm memória, mas que para grupos significativos da sociedade, transformam-se em verdadeiros lugares de memória.

Carvalho (2011, p. 26) explica e analisa que a apropriação e a coletivização do patrimônio cultural produzem nos ambientes urbanos lugares significantes, com os quais a comunidade local se afeiçoa e se identifica, pois cristalizam fatos ou acontecimentos pessoais, podendo vincular-se à infância, às atividades corriqueiras, aos encontros sociais e familiares e, conseqüentemente, fazem-se presentes na memória de indivíduos e grupos sociais específicos. Nesse contexto, os lugares de memória apresentam elementos culturais e simbólicos, e representam ligação com o passado, constituindo aspectos da identidade de diferentes grupos sociais, a partir de suas tradições, e costumes, que constituem aspectos de sua evolução num espaço vivido.

A memória urbana evoca jeitos, costumes, tradições e uma mescla de diversidade social e cultural que dão aporte à dinâmica que efervesce e a torna, ao mesmo tempo, espaço de construção e de reestruturação constante. Tal memória é, ao mesmo tempo, subjetiva e coletiva, e caracteriza-se pela apreensão que se faz do real, dos objetos materiais e também dos registros sensoriais e emocionais obtidos no lugar de vivência, aonde se

constroem vínculos de identidade e pertencimento. A memória interage com os sujeitos na medida em que lhes permite resgatá-la e utilizar-se dela na continuação de suas vidas, do cotidiano e das interações que promovem.

Referindo-se à memória, Tedesco (2001, p. 59) afirma que:

Memória é sempre uma reconstrução psíquica e intelectual, porém, seletiva do passado, de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição, “coletiva”. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda vida humana [...].

Ao agir sobre o espaço com a percepção do cuidado e da afetividade, os diferentes sujeitos comportam-se como parte do grupo e integram-se a ele com a finalidade de mantê-lo em harmonia. Porém, conforme mencionado anteriormente, tal harmonia nem sempre se evidencia nas relações estabelecidas pelos diferentes sujeitos. As relações vivenciadas no lugar podem ser caracterizadas por sentimentos de acolhimento ou repulsa, dependendo das interações e perspectivas que cada sujeito constrói com o mesmo.

Carlos (2007b, p. 17) considera que, em papel central se encontra a reprodução das relações sociais que se realiza e se desenvolve em cada atividade social, e até em cada gesto, na vida cotidiana através dos atos do habitar e dos usos dos lugares da cidade. Uma prática social de conjunto, espacializada, na qual o uso se revela enquanto modo de reprodução da vida através dos modos de apropriação do espaço realizado como atividade dos habitantes no seio do cotidiano que age, significativamente, na construção da identidade.

As interações que se dão em diferentes épocas no espaço ocupado pelos diferentes grupos encontram-se impregnadas de intencionalidade, visto que a própria transformação de cada sujeito, a partir de suas concepções e necessidades, também contribui para as transformações deste espaço, da sociedade e da cultura que o envolvem, e originando assim, novas memórias e identidades. Dito isso, consideramos que, ao analisar o espaço urbano, onde se dão as relações sociais, a percepção dos elementos que constituem a cidade e o urbano convergem para que estes sejam interpretados de maneira crítica pelos cidadãos.

Na formação de novos profissionais, a partir do processo educativo, tanto na área da Geogra-

fia, quanto na área de Arquitetura, é preciso que se estabeleçam condições para a leitura e a análise do espaço geográfico enquanto palco de trocas, interações e intencionalidades, sempre constituídas pelas relações sociais que se caracterizam pela diversidade cultural, social, econômica e política.

O patrimônio cultural constitui determinado grupo e o caracteriza, mas é importante que se leve em consideração a memória e a cultura do lugar na constituição de um grupo e de sua identidade. Nesse sentido, as relações que se estabelecem neste espaço precisam ser consideradas no seu planejamento, tendo em vista que constituem lugar de interação e de pertencimento.

É importante considerar que as interações se dão no espaço sempre a partir de perspectivas e necessidades diversas, contribuindo para a diversidade que emerge das relações sociais. Nessa perspectiva, a educação encontra-se imbuída da tarefa de propor condições de interlocução entre os acadêmicos em formação no sentido de repensar o espaço enquanto *locus* de socialização, buscando promover uma aprendizagem que considere a realidade das diferentes comunidades e suas singularidades como alternativas de compreensão do uso do espaço.

3 LEITURAS DO ESPAÇO: POSSIBILIDADES A PARTIR DO TURISMO CULTURAL

A leitura do espaço geográfico tende a favorecer a compreensão que se efetiva durante a realização do turismo cultural, a partir de enfoques e procedimentos metodológicos que permitam aos estudantes coletar dados e informações que posteriormente poderão ser analisados e convertidos em produção científica e ampliação de seu aparato de conhecimentos, visto que essa leitura permite aproximações e interpretações que não seriam possíveis sem o contato com determinado espaço em estudo. Assim, o turismo cultural torna possível, em grande medida, promover a compreensão empírica das noções e conceitos abordados a partir das considerações teóricas trabalhadas em sala de aula.

De início é pertinente definir o conceito de turismo cultural. Na perspectiva de Goulart e Santos (1998, p. 19), o turismo cultural pode ser compreendido como “[...] um fenômeno social,

produto da experiência humana, cuja prática aproxima e fortalece as relações sociais e o processo de interação entre os indivíduos e seus grupos sociais, sejam de uma mesma cultura, ou de culturas diferentes”. As concepções trazidas por Carvalho (2010, p. 19) consideram que:

No campo de abrangência do turismo cultural, insere-se o turismo étnico, o gastronômico, o religioso, além de uma diversidade de experiências passíveis de serem realizadas pelos visitantes durante a sua estadia em um dado destino. Dessa forma, ampliam-se as oportunidades de arregimentação do legado cultural para o turismo, sob a forma de atrações, roteiros, eventos e produtos.

Ao trabalharmos este conceito, pensamos ser pertinente definir a concepção de cultura, que, conforme McDowell (1966, p. 161) pode ser compreendida como um conjunto de ideias, hábitos e crenças que dá forma às ações das pessoas e à sua produção de artefatos materiais, incluindo a paisagem e o ambiente constituído. A cultura, segundo a autora, é socialmente definida e socialmente determinada. Ideias culturais são expressas nas vidas de grupos sociais que articulam, expressam e contestam esses conjuntos de ideias e valores, que são eles próprios específicos no tempo e no espaço.

Considerando a perspectiva cultural na compreensão do espaço do turismo, é possível pensar o turismo cultural tanto na perspectiva dos sujeitos que se constroem cotidianamente nestes espaços e daqueles que inserem-se nele para conhecer sua diversidade.

O turismo cultural é possível a partir do deslocamento turístico para lugares que detêm elementos culturais e/ou históricos. Geralmente nesses lugares visitados, diversos monumentos, complexos arquitetônicos e qualquer outro símbolo de natureza histórica são preservados. Sua importância se dá pela interação com o grupo que habita a localidade turística, procurando aproximar-se com a realidade e dela extrair elementos que possibilitem a compreensão em relação à construção do espaço visitado.

No contexto da educação essa atividade pode ser compreendida como um importante momento que possibilita a análise do espaço, e tende a ser realizada através de um caráter investigativo, analítico e problematizador da realidade em estudo, visto que, essa leitura compreende as expressões da subjetividade local, as marcas sociais e culturais, as percepções a partir do patrimônio

cultural material e imaterial que são expressos no espaço analisado. Assim, há intrínseca uma série de relações que contribuíram para sua efetivação enquanto espaço de atividade turística e educativa, na perspectiva de utilização deste como importante possibilidade de aprendizagem, debates e interpretações.

A partir do processo de maior integração de diferentes sociedades, por meio dos fluxos de informação e tecnologia, foi possível ao turismo cultural assumir novos contornos, pois tende cada vez mais a incentivar um maior contato dos visitantes, de diferentes lugares do mundo, com a herança cultural de comunidades específicas. Para tanto, os espaços de turismo são reorganizados a partir da lógica de intencionalidades que se pretende nele implementar, assim, passam a oferecer cada vez mais condições de estadia e atrativos, alterando a identidade local e suas configurações.

Para Carvalho (2010, p. 19):

O turismo implica rearranjos espaciais, adaptação de elementos e reconfigurações da paisagem, por meio da revitalização de prédios e casarões, do desenvolvimento de atividades culturais, melhorias na infraestrutura urbana e de serviços, e da formação de roteiros e atrações que geram oportunidades efetivas de valorização do legado cultural.

Nos espaços urbanos o turismo cultural se efetiva em determinadas realidades, sendo, constantemente elitizada e acessível a uma determinada camada social, que apresenta as condições econômicas que determinam o acesso à cultura, ao lazer, dentre outros aspectos. Nesse viés, ao realizar o estudo do espaço por meio do turismo cultural, é imprescindível um processo de “despir-se” de compreensões superficiais e adentrar aos ambientes obscuros da racionalidade econômica, com o objetivo de compreender o espaço urbano enquanto lócus de disputa e de conflitos. Mas, também, de compreendê-lo enquanto espaço das minorias, das reivindicações sociais, das interações cotidianas.

A percepção do espaço de turismo como lugar de interação permite que pensemos nas possibilidades que ali devem ser gestadas para que ocorra uma interação verdadeira entre turistas e a comunidade local, que possui vivências e tradições singulares, próprias desse lugar. Nas áreas relacionadas direta e indiretamente à atividade turística, a busca pela excelência na prestação dos serviços figura como um dos elementos que con-

tribuem para o aumento da competitividade de um destino no mercado. Carvalho (2010, p. 28) considera que:

Diante da estruturação de produtos, roteiros e atrações tematizados com a anuência da comunidade, integradas aos seus espaços de vida e de lazer, definem-se as estratégias de valoração do produto no mercado, envolvendo todos os agentes do setor de forma próativa e inovativa, baseada na sinergia das ações e no esforço coletivo, definindo medidas de acompanhamento, controle e avaliação dos processos urbanos e turísticos.

A valorização do espaço pelas atividades turísticas, em muitas situações, apresenta a interferência do capital na apropriação do espaço como mercadoria. Harvey explica que (2012, p. 81):

[...] a expansão mais recente do processo urbano trouxe com ela incríveis transformações no estilo de vida. A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana. A tendência pós-moderna de encorajar a formação de nichos de mercado – tanto hábitos de consumo quanto formas culturais – envolve a experiência urbana contemporânea com uma aura de liberdade de escolha, desde que se tenha dinheiro.

Esse processo se evidencia também no turismo cultural, quando as condições de acesso são possíveis a uma pequena parcela de população, e seus recursos se vinculam às intencionalidades de determinados grupos que estabelecem relações de poder nesses espaços a partir do seu uso. Tal interação carrega em si relações econômicas, que envolvem as atividades turísticas e que, muitas vezes, moldam-na conforme seus anseios.

O uso do espaço pode ser diferenciado a partir da perspectiva do grupo que o utiliza. Nesse sentido, Carvalho (2010, p. 19) considera que:

Se por um lado a mobilidade de turistas e o usufruto da infraestrutura urbana e cultural tende a se refletir no aumento da percepção dos moradores em relação ao significado do patrimônio enquanto lugar de memória e de experiência cotidiana, por outro, o turismo cultural sem o devido planejamento pode contribuir para a privatização de áreas urbanas, para a segregação geográfica entre os turistas e a comunidade re-

ceptora, para a formação de espaços descontextualizados da dinâmica social, bem como para a perda do significado simbólico do patrimônio cultural por parte dos residentes.

Nessa ótica, o espaço urbano e a infraestrutura da cidade tornam-se restritivos e segregadores, na medida em que o capital passa a interferir nas interações que se realizam no espaço, a partir do desenvolvimento de atividades de turismo cultural. O espaço, dominado por instituições privadas, em muitas situações, é transformado, tornando o turismo cultural objeto de especulação e negócio, introduzindo novos elementos no espaço que descharacterizam sua identidade, tornando-o tendenciado ao desaparecimento de suas singularidades.

Por outro lado, o espaço destinado ao turismo cultural pode ser concebido como uma possibilidade de continuidade, na medida em que aspectos do patrimônio cultural são conservados e a memória local atua como meio de sustentação da história ali construída.

Os lugares de memória, de acordo com Carvalho (2010, p. 25), tendem a enriquecer a experiência turística, estreitando as relações entre turistas e residentes, e permitindo a democratização do acesso e o direito à memória de grupos sociais distintos. Ao mesmo tempo em que podem se traduzir na criação de cenários e ambientes inovadores, onde a criatividade e a interação com a comunidade transformam os visitantes em protagonistas da experiência turística, gerando benefícios sociais e econômicos. Paralelamente, conforme a autora explica, tendem a reforçar o sentido de pertença da comunidade em relação à cultura local, possibilitam a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável da atividade turística. Assim, verifica-se que a adoção de um novo modelo de planejamento e gestão no turismo cultural, conforme considera Carvalho (2010, p. 20) “sinaliza uma nova perspectiva visando o aproveitamento sustentável do patrimônio cultural”.

O planejamento sustentável do turismo cultural precisa levar em conta o atendimento das expectativas da população local. Conforme Beni (2007, p. 138), todas as políticas de desenvolvimento regional no turismo, seja cultural ou não precisam contemplar e beneficiar democraticamente os sujeitos desse lugar, no intuito de possibilitar sua participação em projetos integrados de revigoração da cultura local.

A leitura do espaço, o qual é constituído por diferentes sujeitos e grupos sociais, requer que sejam analisadas as características que constituem o espaço urbano enquanto ambiente da coletividade, da interação, da diversidade, considerando a perspectiva de diminuição das desigualdades sociais e de acesso a estes espaços. Carvalho (2010, p. 23) defende que:

O planejamento adequado do turismo, tendo em vista que a utilização do patrimônio cultural como recurso ou atração turística explicita a necessidade de integração ao planejamento urbano e territorial. O objetivo dessa articulação consiste em promover o desenvolvimento do espaço urbano, em suas dimensões infraestruturais, sociais, econômicas, turísticas e culturais, mantendo-se a harmonia e a funcionalidade de seus elementos integrantes, e elevando o bem-estar e a qualidade de vida dos residentes. Tal processo demanda um planejamento sustentável, articulando diferentes esferas que constituem parte do pensar dos projetos em desenvolvimento, conforme citamos: gestores públicos, empresariado, operadores e agentes de receptivo, comunidade direta e indiretamente envolvida.

Assim, torna desafiador o pensar e o agir dos profissionais, neste caso destacando Arquitetos e Geógrafos, na leitura/releitura/compreensão/reestruturação do espaço como unidade de técnicas, significados e possibilidades. Sua atuação precisa ir ao encontro das populações locais, considerando suas características, sua cultura, as tradições e potencialidades que pretendem desenvolver nesse espaço a partir do desenvolvimento do turismo cultural. Carvalho (2010, p. 23) observa que a gestão sustentável do patrimônio cultural pressupõe a utilização equilibrada e racional dos espaços urbanos, por intermédio de um planejamento participativo no qual a comunidade local possa integrar-se aos benefícios sociais, econômicos e culturais inerentes às propostas de desenvolvimento turístico.

Murta (2002, p. 10) corrobora afirmando que o turismo como prática econômica precisa encontrar formas mais respeitadas de se inserir no cotidiano das comunidades receptoras. É fundamental que os investimentos sejam adequados à vocação do lugar, possibilitando à população participar e usufruir de seus resultados. Para Murta e Goodey (2005, p. 13) a interpretação do patrimônio, em sua melhor versão, cumpre uma dupla função de valorização. De um lado, valoriza a experiência do

visitante, levando-o a uma melhor compreensão e apreciação do lugar visitado; de outro, valoriza o próprio patrimônio, incorporando-o como atração turística. Nesse contexto, a noção de lugar de memória pode se constituir importante elemento mantenedor da identidade e personalidade do destino turístico, aumentando seu potencial de competitividade no mercado, ao passo que constitui-se como espaço diferenciado no qual determinadas relações se estabelecem e são provocadas a partir da memória ali evidenciada.

Os aspectos identitários de uma comunidade podem ser verificados nesse processo, permitindo que utilizem-se de sua realidade para estabelecer um planejamento que efetivamente leve em consideração o cotidiano da vida local, os aspectos histórico-culturais e a valorização do espaço enquanto ambiente de construção de uma cultura que tem, no lugar de vivência, a possibilidade de continuidade e ressignificação. Nessa perspectiva, conforme defende Gastal (2002), a incorporação da noção de lugar de memória no planejamento e na gestão do turismo cultural surge como fator capaz de promover uma maior integração entre o espaço urbano e a sociedade, enaltecendo, assim, a experiência turística, ao mesmo tempo em que fortalece laços entre a comunidade e o seu patrimônio.

Tais considerações precisam ser analisadas no sentido de promover, a partir do conhecimento empírico da realidade em que esse turismo se desenvolve, quais são as possibilidades e limitações, a abrangência de público, as representações sociais que ali se efetivam, com o intuito de, segundo Vinuesa (2004) manter e fortalecer as particularidades locais e inserir as comunidades no desenvolvimento do turismo. Nesse processo, a criação de modelos turísticos integrados à economia e à sociedade local, respeitando o patrimônio arquitetônico e o meio ambiente e preocupada com as novas demandas de acessibilidade e mobilidade que o turismo são propostas importantes para transformar em maior integração e valorização destes espaços. Para Carlos (2007a, p. 31):

[...] O processo de valorização-desvalorização dos lugares depende de sua situação enquanto ponto estratégico dentro do sistema de reprodução ampliada das relações sociais enquanto lugares estratégicos controlados por estruturas que permitem ao sistema mundial se manter e reproduzir. A sociedade urbana caminha de forma inexorável à sua realização global e a informação e as redes

são fatores importantes esse processo. Um lugar contém sempre o global é específico e mundial, articula-se a uma rede de lugares. Apoia-se numa rede de difusão — de fluxos de informação, bens e serviços processo que tem como pano de fundo a mundialização da sociedade, da economia, da cultura e do espaço que se constitui cada vez mais num espaço mundial articulado e conectado o que implica num novo olhar sobre o local.

Callai (1999, p. 17) salienta que é necessário formar cidadãos que saibam reconhecer no cotidiano do lugar em que cada um vive, expressões locais e regionais de uma realidade que é global. Para tanto, é preciso também superar o senso comum, o que exige que se dê oportunidade de ter conhecimentos que considerem as referências teóricas e as informações relativas ao mundo geral.

A partir do conhecimento e compreensão do próprio lugar pode-se desenvolver políticas preservacionistas mais eficazes, além de diferenciar e melhor aproveitar o patrimônio enquanto atração turística. Aos estudantes em processo de formação, a partir das vivências empíricas na relação com o espaço vivido/construído/transformado, tendem a propor reflexões junto à população local no sentido de torná-la consciente de sua ação como agente na produção do patrimônio e na conservação da memória urbana. A partir disso, como explica Carvalho (2010, p. 28):

Pode-se buscar o desenvolvimento de programas de educação patrimonial em caráter de transversalidade nos espaços de aprendizagem formal e informal, por meio de técnicas diversas, tais como city-tours dramatizados, oficinas de fotografia, desenvolve a percepção do lugar pelos moradores, estimulando a busca pelo sentido afetivo e emocional das áreas urbanas e do legado cultural.

Tais propostas tendem a despertar a comunidade local para que aproprie-se de sua condição de agentes de ação, constituídos por relações e fragmentos de memórias que dão sentido ao turismo cultural nesse ambiente. O lugar, nesse viés, torna-se espaço de planejamento que consiste em integrar a comunidade ao planejamento do espaço de turismo, procurando promover e fortalecer os laços afetivos, a identidade local e as relações de pertencimento de um grupo ao espaço onde habita.

Nesse contexto, cabe incentivar os acadêmicos em formação, tanto da área de Arquitetura, quanto da Geografia, a experienciar em situações

de interação nesses espaços urbanos em que o turismo cultural se efetiva, ou em espaços em que poderia ser incentivado, tendo em vista a leitura desse espaço enquanto meio pelo qual uma população mantém suas memórias e as condições de permanência e continuidade de sua cultura. Esse processo tornaria possível agregar cultura e desenvolvimento de modo sustentável, permitindo a revalorização do patrimônio cultural enquanto espaço de memória do grupo que nele se insere e onde estabelece relações e transformações contínuas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço Geográfico é construído e transformado constantemente, com a finalidade de atender as necessidades humanas, a partir do desenvolvimento de cada sociedade. Tendo como centro das discussões propostas o espaço geográfico verifica-se que, enquanto possibilidade de transformação, apresenta relações e interações que ocorrem a partir de elementos diversos que o compõe.

As vivências cotidianas nos lugares são carregadas de significados, que contribuem para a constituição dos sujeitos e das relações sociais. Tais vivências se transformam nas relações espaço-temporais e interpessoais, permitindo que sejam construídos diferentes olhares e percepções sobre o lugar. O lugar é o espaço em que as construções culturais se efetivam e de onde se iniciam as transformações e percepções do mundo. Nesse sentido, ao realizar a leitura do espaço não podemos deixar à margem da análise as diversas escalas que compõe o espaço e o explicam, isso porque todos os lugares, de algum modo, interagem.

Nos espaços urbanos as dinâmicas ocorrem com maior fluidez e permitem transformações ainda mais intensas. O espaço, dotado de objetos materiais e imateriais apresenta-se como campo de interação, de disputas e alterações, e precisa ser profundamente analisado, compreendido e lido pelos profissionais em formação, tanto na área de Geografia quanto de Arquitetura, no sentido de promover, a partir da realidade local, as propostas necessárias para contribuir com sua melhoria.

No decorrer do artigo salientou-se que o patrimônio cultural constitui elemento importante das diferentes sociedades e que por meio da memória pode-se atuar no sentido de promover a valorização e a retomada de aspectos que dão identidade ao espaço. Desse modo, o desenvolvi-

mento de atividades em locais possíveis ao turismo cultural pode promover maior interação entre as populações do lugar onde essa atividade se realiza e os turistas que neste espaço encontram características singulares e uma diversidade própria das interações estabelecidas em diferentes épocas nesse espaço.

Nesse sentido, os acadêmicos em formação precisam estar atentos ao desenvolvimento de projetos que levem em consideração o que a população local tem a dizer, na efetivação de propostas que de fato promovam o desenvolvimento do turismo cultural sustentável e adequado à realidade, comprometido com a comunidade que faz de seu lugar de vivência o espaço de interação com o outro e com o mundo.

REFERÊNCIAS

- BENI, M. C. O conceito de sustentabilidade na política de turismo e meio ambiente. In: *Revista de Administração*, v. 33, n. 4, p. 53-55, out./ dez. São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=3304053.pdf>>. Acessado em: 15 mar. 2009.
- CALLAI, Helena. *A formação do profissional da Geografia*. Editora Unijuí: Ijuí, 1999.
- CARVALHO, Karoliny Diniz. Lugar de memória e sustentabilidade dos espaços urbanos: reflexões para o planejamento do turismo cultural. In: SIMÕES, Maria de Lourdes Netto; VOISIN, Jane (org.). *Expressões culturais, literatura e turismo: estudos sobre memória, identidade e patrimônio cultural*. Ilhéus: Editus, 2011.
- CARVALHO, Karoliny Diniz. Lugar de memória e turismo cultural: Apontamentos teóricos para o planejamento urbano sustentável. *Revista de Cultura e Turismo*. Santa Catarina, 2010.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Ed. Labur, 2007a.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo:
- GASTAL, Susana. *Lugar de memória: por uma aproximação teórica ao patrimônio local*. São Paulo, 2002.
- GOULART, M.; SANTOS, R. I. C. dos. Uma abordagem histórico-cultural do turismo. *Revista Turismo-Visão e Ação*. v. 1. n. 1. p. 19-28, jan./ jun., 1998.
- HARVEY, David. O direito à cidade. *Lutas Sociais*: São Paulo. n.29. p.73-89. jul./dez, 2012.

- MCDOWELL, Linda. A transformação da geografia cultural. In: GREGOY, Derek. MARTIN, Ron. SMITH, Graham. (Orgs.). *Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social*. Tradução: Mylan-Isaack. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1966.
- MENESES, José Newton Coelho. *História e Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- MURTA, S. M; GOODEY, B. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, S. M; ALBANO, C. (Org.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos teórico e metodológico da geografia*. Hucitec: São Paulo, 1988.
- TEDESCO, João Carlos. *Memória e cultura: o coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias dos nonos*. Porto Alegre: Ed. Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, 2001.
- VINUESA, Miguel Ángel Troitiño. Turismo e desenvolvimento nas cidades históricas Ibero-Americanas: desafios e oportunidades. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira. *Turismo Memória e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Roca, 2004.

Reading the urban space: interactions between heritage, memory and cultural tourism

ABSTRACT

The present article brings reflections on reading the space from contributions of different authors from the fields of geography and architecture, which treat about the central themes addressed in this text, namely: heritage, memory and cultural tourism. In this sense, implications and possibilities that converge to the reading of the space in the process of training of professionals of these areas, in a perspective of care with the place and the community it lives. Reading the space transformed by different subject movement living in society allows us to bring to the debate the place while possibility of interaction, in connection with other spatial scales, both regional, national or global. The architectonic patrimony and memory, both in the process of collective construction and subjectivity of the subject, converge to the reading of the space, while cultural locus, which is configured as a space in constant transformation/modification, from the evolution of societies that build different relationships. It is important to note that the methodology used part of a literature perspective, in order to promote discussions from some ideas of different authors, as Saints (1978, 1988, 2000), Carlos (2007) and Oak (2010, 2011), which contribute to analyze and understand the lived space as a means where different relationships are established and become possible.

Keywords: Estate. Memory. Geographical Space. Cultural Tourism.